



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

AVISO Nº 005/GM-6/020

Auxílio-Fardamento devido aos Oficiais do Quadro de Oficiais da Reserva não Remunerada Convocados, na especialidade de Direito.

Aos Exmos. Senhores Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Comandante do Comando-Geral do Pessoal, Diretor-Geral do Departamento de Ensino e Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Considerando que a Portaria nº 370/GM3, de 03 de maio de 1994, baixou Instruções Gerais para convocação de Oficiais da Reserva não Remunerada das Forças Armadas, possuidores do Curso de Bacharel em Direito;

Considerando que, após convocação, têm os Oficiais, por força do Art. 8º das Instruções, deveres, obrigações, honras e prerrogativas relativos aos Oficiais da Ativa, bem como direitos remuneratórios devidos aos respectivos postos;

Considerando que, por força da Lei, Nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares), em seu Art. 50, IV, h, o fardamento é direito do Militar;

Considerando, ainda, que a Lei Nº 8.237/91 (Lei de Remuneração dos Militares), ao tratar do Auxílio-Fardamento; em seu art. 57 (dá direito ao militar que retorna a Ativa um auxílio no valor de um soldo), é, no entanto, omissa nos casos em que a convocação é a de militares oriundos de outra Força Armada;

Considerando, ainda, que o militar oriundo de outra Força Armada, por não dispor de peças de uniforme da Aeronáutica, terá que adquiri-las, por serem necessárias à sua nova atividade;

Considerando, também, que o § 1º do Art. 54 da Lei Nº 8.237/91, estabelece que aos Oficiais nomeados, ou matriculados em escolas de formação mediante habilitação em concurso, assiste direito a um Auxílio para aquisição de uniformes, no valor de três vezes o soldo do seu posto; e

Considerando, finalmente, que no Parágrafo Único do Art. 4º, das citadas Instruções, os Oficiais convocados serão avaliados através de provas de títulos e trabalhos intelectuais de conhecimentos específicos, para posterior matrícula no Estágio de Adaptação ao Oficialato, resolvo:

Enquadrar os Oficiais da Reserva não Remunerada Convocados, da especialidade de Direito, no que dispõe o Art. 54 § 1º da Lei de Remuneração dos Militares.

Brasília, 06 de outubro de 1994.

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica